

Árvores da vida

EUGÊNIO BUCCI - O ESTADO DE S. PAULO

10 Janeiro 2015 | 16h 00 - Atualizado: 09 Janeiro 2015 | 22h 11

Por que não falamos delas como seres vivos, com ‘biografias’, em vez de coisas, objetos dos quais o urbanismo lança mão?

PUBLICIDADE

A expressão rajada de vento é brisa perto do que aconteceu. “Eu saí da guarita e fiquei assim encostado no muro, ó”, contou Miro, o vigia noturno, mostrando como se abrigou. “Parecia que a casinha ia voar comigo lá dentro.” Graças ao paredão resistente, a sibipiruna não o alcançou quando veio dar no asfalto, arrancando os fios de alta tensão. Naquele instante, a escuridão se fez num estampido. Relâmpagos se levantavam dos bueiros. A chuva girava no espaço, indo de baixo para cima e de cima para baixo com a mesma selvageria. A lei da gravidade caiu junto com a energia elétrica. A tempestade fazia o calçamento tremer.

Passava da meia-noite de domingo. A segunda-feira, dia 29 de dezembro, apenas começava e 2014 se esvaiu de vez num temporal apocalíptico. O ano se foi antes do combinado. Eu estava com a televisão ligada, olhando e-mails no celular, quando os raios enlouqueceram, o toldo na varanda se estufou numa explosão e as luzes se apagaram. Ouvi um baque surdo, prolongado e sufocante. Depois, com uma lanterna na mão, vi as folhas e os galhos pesados, inertes sobre o canteiro rente à minha sala. O pau-ferro que eu tinha no quintal, de 20 metros de altura, tombara em combate. Goteiras afloraram no teto.

Aquele pau-ferro era uma entidade especial. Tinha sido transplantado por minha família em 1994, quando já não era tão miúdo, tinha lá seus dois metros. Cresceu rápido, impulsionado pelo estatuto de vegetal de estimação, mas dizer isso é dizer pouco. Ele não era um item decorativo, um acessório do que chamam de “projeto paisagístico”. Era um ser dotado de personalidade, sem exagero. Crescera um pouco inclinado, para fugir da sombra de uma árvore mais antiga. Às vezes, ficava triste e se despia das folhinhas miúdas que iam entupir a calha. Uma vez, precisou de uma dose de vitaminas agrícolas, por assim dizer. Nas manhãs de setembro, acolhia maritacas barulhentas, democrático como um ponto de ônibus. Além disso, passava recados o tempo todo, sobre os sinais do tempo e sobre a qualidade da terra. Passava também outros recados, mas esses eu não conto nada porque vão parecer coisa de gente supersticiosa. Quando as nuvens encrespavam, protegia a casa das ventanias e, nas tardes de verão, quebrava o calor. As cascas que dele se desprendiam eram boas de quebrar com a mão e cheirar. Era - outra vez sem exagero - parte da família, um pilar vivo para uma casa

além da casa que construímos ao longo dos anos. Quando o vi caído, vencido, percebi que um pedaço da minha vida tinha se acabado para sempre.

Então, saí para olhar a rua. A água tinha empoçado, cobrindo a sarjeta, pois as bocas de lobo tinham sido tapadas por árvores e ramagens caídas. A vizinhança de pijama circulava com o auxílio de pequenos faroletes, como diria meu pai. Em todas as calçadas, todas por onde pude trafegar, encontrei raízes arrancadas do chão. Troncos pendiam das casas sobre a calçada. Outros se projetavam das calçadas sobre muros e telhados. O trânsito se inviabilizara. Algumas copas tinham sido torcidas no alto, a gente via com os faroletes, como se tivessem sido enfiadas de cabeça para baixo dentro de um liquidificador. Caminhando na madrugada, eu me senti numa cena de cinema-catástrofe - aqui, sim, com um certo exagero, mas você há de me compreender.

Na manhã seguinte o sol se abriu. Trocamos umas boas dezenas de telhas quebradas. Procuramos os bombeiros para saber como remover os restos mortais do pau-ferro. Disseram que procurássemos a Prefeitura. No final da manhã tive uma visão redentora. Bem na frente de casa passou um carro da subprefeitura, embora quase todas as ruas estivessem interditadas. Fiz sinais para ele, abanando os braços, como um naufrago que acena para o avião que sobrevoa a ilha deserta. Ele parou. Um sujeito simpático, que se identificou como agrônomo do município, desceu da viatura e foi ver a situação no meu quintal. Fotografou com seu celular a minha árvore desmoronada, sugeriu que eu procurasse o corpo de bombeiros e se foi.

Por sorte, um bom jardineiro com motosserra nos ajudou a desentulhar meu quintal e o terreno da casa ao lado. A motosserra gritava enquanto fatiava sem a menor cerimônia, sem o mais efêmero ritual, o caule, os ramos e a majestade da minha árvore caída. A cena se repetia em outros quintais, em casas como a minha, desplugadas do poder público, sem sinal de telefone e sem tomada que funcionasse. O quadro geral foi bastante sério. A área em que moro ficaria sem luz elétrica por 60 horas seguidas.

Na madrugada do dia 29 de janeiro, eu saberia quase instantaneamente pelo celular, São Paulo tinha sido atingida por trombas d'água implacáveis, em vários pontos. O Ibirapuera foi fechado. As ventanias tinham chegado a velocidades inacreditáveis. Falaram em 90, 100 quilômetros por hora. Centenas de milhares de paulistanos estavam sem energia, diziam nas emissoras de rádio. A contabilidade dos estragos se avolumava. Oitenta e nove árvores caídas, os sites começavam a contabilizar; 160 árvores; 324 árvores caídas. Dois ou três dias depois, alguém falou em 600. Foram tantas que, pelo menos até quarta-feira passada, muitas permaneciam amontoadas no meio fio, à espera dos caminhões públicos que dessem conta de recolhê-las. Jaziam insepultas, como lixo, atrapalhando o tráfego.

Penso nelas agora, em cada uma delas, como pensei e penso na minha. Penso na história delas, suas “biografias”, nas marcas que guardavam na pele, nos ninhos de pássaros que suportaram, nos cupins e parasitas que alimentaram. Penso nelas como se quisesse rezar por elas e, nesta hora, penso no bloqueio que nos impede de falar de uma árvore como um ser vivo. Normalmente a gente fala de uma árvore como uma coisa, não como um objeto do qual o urbanismo lança mão, como um recurso para refrescar a urbe, para enfeitá-la. Ando devagar pelo meu bairro, bem perto da USP, por onde caminho tantas vezes. Olho os galhos esartejados sobre o passeio público e me sinto diante de um morticínio.

Fico de luto, mas meu luto parece um luto sem objeto. Como fazer o funeral da minha árvore? O corpo que ela tinha se despedaçou. Parte foi vendida a uma pizzeria, imagino. Virou lenha. Pelo menos foi reciclada. O corpo imponente se desgrenhou, foi desfiado, como num desmanche de automóveis roubados. Não restou o que eu pudesse velar. Não restou nada a não ser um toco de tronco na grama, com suas raízes enterradas.

Eu me penso então na destruição semeada pelas ventanias e só me resta emudecer. Assisto passivo às equipes do poder público retirando tardiamente a “sujeirada” que ficou, a sujeirada a que foram reduzidos os gigantes vegetais que faleceram. Eu os vejo arrastando tocos e folhagens sem a menor cerimônia e penso que é assim mesmo que tem que ser. Eu me lembro das pessoas que morrem sob a queda de uma sibipiruna. Mais ainda, eu me lembro dos meus concidadãos que sofrem, que passam frio, que convivem com alagamentos dentro do lar e não têm água limpa na torneira. Sinto que o impulso de reverenciar o pau-ferro que morreu é uma frescura de classe média e um esgar de vergonha vem me sacudir o pensamento, mas nem isso debela o incômodo do meu luto sem objeto. Continua comigo uma aspiração difusa de prestar uma homenagem fúnebre ao ser estimado que morreu no meu gramado. Tento me informar sobre as religiões que têm suas plantas sagradas. Tento entender, inutilmente. Meu sentimento de perda não tem como ser simbolizado. Assim, não pode ser traduzido, não pode ser comunicado. Resta-me o mudo pesar.

Aí, como todo mundo que experimenta uma contrariedade e não tem mais a quem recorrer, começo então a pôr a culpa na imprensa. Sou tomado pela ideia de que o jornalismo falhou e que os jornalistas traíram seu compromisso com os paulistanos ao não contar a história das árvores que tombaram em serviço. Faltou aos nossos jornais um olhar menos primitivo, menos instrumental. “Quem” eram as árvores que morreram? Imagino então que algumas delas bem que mereceriam um bom obituário, com fotos de sua “juventude” recuperadas e publicadas com destaque. Em torno de uma árvore quando jovem o leitor veria uma cidade de outra era, com outras ambições e outros medos. Saberíamos um pouco mais da nossa história se prestássemos mais atenção na história das nossas árvores.

Ao leitor que me seguiu até aqui, entre paciente e incrédulo, devo assegurar que não, não fui abatido por uma ecorressaca depois de atravessar um réveillon às escuras. Perdi um pau-ferro, é verdade, mas não perdi o juízo. Bem sei que as árvores não têm direito a um serviço funerário, não têm sepultura e não têm epitáfio. Mesmo assim eu pergunto: por que uma árvore não poderia ter seu obituário? Fico às voltas com essa interrogação, mas ela não me desvenda o que há de luz no reino vegetal. Acho que me rendo. Ou não. Com as árvores que morreram, com as centenas de árvores que morreram nesta cidade, tenho certeza, morreram histórias que poderiam comover leitores e nos informar sobre quem somos e sobre quem ainda não somos. A nossa indiferença em relação à morte desses gigantes talvez explique a ligeireza com que desmatamos florestas e o desprezo que dedicamos aos seres que nos permitem respirar.

O meu pau-ferro morreu sem nunca ter tido um nome próprio.

-

EUGÊNIO BUCCI É JORNALISTA, PROFESSOR DA ECA-USP E DA ESPM, E AUTOR, ENTRE OUTROS LIVROS, DE A IMPRENSA E O DEVER DA LIBERDADE (CONTEXTO)